

31 JAN 1991

O • OPINIÃO

O GLOBO

O GLO

# O novo Congresso Nacional

O NOVO Congresso Nacional que amanhã se empossa tem a aguardá-lo uma agenda repleta de questões de importância crucial, até mesmo em relação ao seu próprio funcionamento. Paralelamente, terá a responsabilidade de melhorar o relacionamento com o Executivo, à vista dos problemas de diálogo e articulação que marcaram a legislatura agora encerrada.

ESTE será o Congresso da revisão constitucional e do plebiscito para decidir sobre a forma e o sistema de governo que deverão vigorar no País. Os trabalhos de revisão da Carta de 88, quer venham a ser antecipados ou se mantenham na data prevista, praticamente conferirão ao Congresso faculdades constituintes. Quanto a isso, poderá ter efeito positivo a renovação de 60% da representação parlamentar. Há pelo menos a esperança de uma mentalidade renovada, uma sensibilidade política mais atualizada.

NO QUE respeita às imperfeições internas, a representação novata já encontrará a iniciativa de um grupo de deputados reeleitos empenhados em pôr a Casa em ordem sob vários aspectos: não só pelo lado do enxugamento das mordomias e da eliminação em geral de procedimentos de ética duvidosa, mas também com mudanças que conduzam a um trabalho legisla-

tivo mais disciplinado e dinâmico. O movimento do "Novo Parlamento" traçou todo um roteiro reformista, em princípio capaz de recuperar a credibilidade da instituição.

NA LISTA dos pontos de atrito que perturbam hoje o intercâmbio entre o Legislativo e o Executivo destaca-se a polêmica sobre o uso de medidas provisórias. O Congresso que se despede não conseguiu dar consequência à sua carga de queixas contra excessos e desvios imputados ao Presidente da República no emprego desse instrumento constitucional de emergência, embora existisse um projeto de regulamentação, que a maioria não se preocupou em votar. A representação parlamentar que vai entrar em cena poderá encontrar fórmula capaz de nivelar as exigências e os interesses dos dois Poderes.

UMA maioria de 68% do novo Congresso a favor do parlamentarismo foi registrada em recente levantamento realizado pelo GLOBO. E essa maioria chega a preferir a implantação do sistema parlamentarista antes mesmo de 1993. Pela manutenção do presidencialismo manifestaram-se apenas 23% dos entrevistados.

MOSTRA entretanto a experiência brasileira que entre o idealismo e a adesão efetiva ao

parlamentarismo costuma existir grande diferença: no momento da decisão, sempre surgem fatores conjunturais que mudam o curso das preferências subjetivas ou oportunísticas. Admitindo-se, porém, que desta vez a vontade reformadora se torne irreversível, o movimento parlamentarista não poderá dispensar o cumprimento de duas etapas preliminares: uma organização partidária adequada ao novo modelo e a implantação do voto distrital — pelo menos na sua versão mista.

SEM um regime de partidos bem identificados e coesos, a prática parlamentarista fica sem o seu ponto de apoio fundamental. O levantamento do GLOBO verificou que apesar da renovação de 60% do Congresso, parlamentares da mesma legenda continuam sustentando posições diferentes ou conflitantes sobre assuntos polêmicos, o que significará desafio para as próximas lideranças partidárias e constituirá a principal dificuldade na formação do bloco de apoio ao Presidente Collor.

O NOVO Congresso encontra o País às voltas com a crise econômica mas consolidado no processo de normalização democrática. No plano institucional, nada mais resta para salvar ou recuperar — o que deixa o caminho livre aos esforços de aperfeiçoamento.